



EXMA. SRA. DRA. DESEMBARGADORA RELATORA MARIA ZENAIDE BEZERRA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Processo: 08020044420188205100

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **GLECIO CRISPIM BORGES DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

No presente caso não há de se falar em cerceamento de defesa, vejamos trecho da fundamentação da d. sentença:

No caso em questão, o autor não comprovou a ocorrência do acidente, destaco:

- 1) Não houve a juntada de qualquer prontuário de urgência;
- 2) Não há qualquer informação em toda documentação médica juntada pelo autor sobre a ocorrência de acidente automobilístico;
- 3) Segundo o autor o sinistro ocorreu em 31.08.2018 e o Boletim de ocorrência só foi lavrado em 06.10.2018, tendo como comunicante o próprio autor, sem que haja qualquer justificativa para o extenso lapso temporal;
- 4) o autor não pugnou pela produção de qualquer prova que pudesse confirmar que a lesão informada na inicial foi em decorrência do sinistro;

Devidamente intimado a parte autora não apresentou replica a contestação de modo a refutar as alegações da ré.

Assim agindo, deixou de comprovar o fato constitutivo de seu direito, na medida em que a comprovação da ocorrência de acidente automobilístico e o nexo causal com as lesões encontradas pelo perito é o único meio suficiente para demonstrar a alegada incapacidade.

Houve, portanto, a preclusão temporal na produção da prova.

Assim, embora tenha sido consignado no laudo a etiologia da lesão compatível com acidente automobilístico, a compatibilidade aludida não implica que tenha havido acidente automobilístico de fato nas condições e na forma narradas pelo autor, **mas sim que não se pode excluir tal hipótese**. De mais a mais, o perito judicial possui

horizonte limitado apenas à sua área de expertise, baseando-se também no relato do autor quando do exame realizado, ao passo que o juiz possui uma visão holística dos autos, devendo rejeitar as conclusões periciais quando dissociadas do acervo probatório.

Não há nos autos comprovação do nexo causal, nem o autor protestou pela produção de provas. Nesses termos não foram preenchidos requisitos traçados nos artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74.

Ora i. Relatora, após a elaboração do laudo realizado pelo perito judicial, as partes foram intimadas a manifestar acerca do mesmo, porém, a Apelante quedou-se inerte deixando o prazo transcorrer in albis, não pode agora tentar levar esse E. tribunal a erro, sobe o argumento de cerceamento de defesa.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
3ª Vara da Comarca de Assu
RUADR: LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000
0802004-44.2018.8.20.5100

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que decorreu o prazo sem manifestação da parte autora, devidamente intimada por seu advogado.

Dou fé.

AÇU/RN, 13 de dezembro de 2021

No caso em apreço, não obstante dispensável a verificação do elemento culpa, mormente por se tratar de um seguro cuja responsabilidade é objetiva, é imprescindível a verificação de nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e a suposta invalidez permanente, sob pena de inviabilizar a indenização prevista na Lei 6194/74

Destarte, como não há comprovação cabal do nexo causalidade entre a lesão informada e o suposto acidente noticiado, deverá ser mantida *in totum* a r. sentença que julgou improcedente o pedido autoral.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ASSU, 15 de setembro de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA
11929 - OAB/RN